

A formação docente no contexto da Educação Inclusiva no Ensino Fundamental do Município de Inhumas.

Talita Serravalli Lanzoni (IC)* (VIC) serravallilanzoni@gmail.com, Marlene Barbosa de Freitas Reis ² (PQ) (PPG-IELT).

Av. Araguaia, N° 400, Vila Lucimar- Cep: 75400-000 Inhumas /GO.

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo analisar as escolas Municipais de Inhumas com relação a formação docente voltada para o atendimento de crianças com necessidades especiais de aprendizagem. O projeto maior que serviu de base à pesquisa, intitulado “Os reflexos das Políticas de Diversidade e Inclusão Social na Rede Regular de Ensino Fundamental” foi desenvolvido na Universidade Estadual de Goiás (UEG), Câmpus Inhumas, coordenado pela Prof.^a Dr^a Marlene Barbosa de Freitas Reis. A pesquisa teve como objetivos investigar se as práticas pedagógicas adotadas por professores que atuam em salas multifuncionais de ensino (AEE) atendem de forma satisfatória crianças com necessidades especiais e analisar como são preparados os professores que trabalham com a modalidade de ensino especial do município. A metodologia adotada nessa pesquisa de cunho qualitativo teve como base o levantamento bibliográfico de autores e documentos que abordam o tema, posteriormente foi feita uma pesquisa empírica por meio de observações e entrevistas visando perceber a realidade através de dados obtidos nas escolas municipais de Inhumas quanto à formação de professores da área de Educação Especial. Fundamentado nos dados obtidos nessa pesquisa refletimos sobre a realidade vivenciada pelas cinco escolas municipais que atendem crianças com necessidades especiais. Na realidade vimos que essas escolas não atingiram plenamente os objetivos de inclusão, pois na maioria das vezes presenciemos a integração dessas crianças na rede regular de ensino. As escolas que atendem crianças com necessidades especiais devem ser estruturadas de forma a atender essa demanda por meio de políticas públicas que ofereçam subsídios necessários a equipar essas escolas, no sentido de atender a todos indistintamente.

Palavras-chave: Políticas públicas. Formação de professor. Papel da escola.

Introdução

O presente trabalho está vinculado ao projeto de pesquisa “Os reflexos das políticas de diversidade e inclusão na Rede Regular do Ensino Fundamental” que foi desenvolvido na Universidade Estadual de Goiás (UEG), e coordenado pela Prof.^a Dr^a Marlene Barbosa de Freitas Reis.

O mesmo traz em seu contexto experiências vivenciadas por alunas da iniciação científica do curso de Pedagogia, com o objetivo de observar in loco práticas pedagógicas adotadas por professores regentes de salas multifuncionais

destinadas a atender crianças que apresentam necessidades especiais de aprendizagem.

A referida pesquisa foi desenvolvida em cinco escolas da Rede Municipal de Ensino de Inhumas Goiás, foram feitas perguntas semiestruturadas que foram elaboradas pelas pesquisadoras. Tendo como base propor a discussão e reflexão sobre as políticas públicas destinadas a atender as necessidades básicas de educandos que apresentam algum tipo de necessidades especiais ou dificuldades de aprendizagem na escola regular, conjuntamente a isso, verificou-se como se dá a preparação dos professores que atuam em salas preparadas com o objetivo de atender essas crianças.

Percebe-se que, o discurso oficial quanto às ações políticas que envolvem o atual contexto nacional tem nos levado a reflexões a respeito da questão de pessoas que ainda se encontram às margens dos direitos de cidadania, pois estão marcadas pelas injustiças sociais provocadas pela exclusão tanto no nível social quanto cultural e político.

Nesse sentido, a educação constitui um espaço privilegiado para a discussão, reflexão e promoção de diversidade, por isso esta pesquisa se justifica ao promover uma reflexão sobre o papel da escola e da atuação do professor para lidar com a inclusão escolar.

Quando se fala em inclusão no contexto escolar um dos muitos desafios é a capacitação docente, que frente a diversidade do ambiente escolar necessita de uma formação que ultrapasse a base comum com conteúdos curriculares apenas.

Essa formação se faz necessária para que o professor se aproprie do conhecimento e utilize das técnicas, códigos, sinais e infinidades de recursos disponíveis que auxiliam no processo de inclusão.

A formação de professores deve evidenciar a relação que se estabelece com as pessoas. Segundo Gonzáles (2002, p.251), “o certo é que não só os alunos são diferentes, mas também os professores-e ser diferente é uma característica humana e comum, não um atributo (negativo) de alguns”.

A inclusão na escola não se dirige apenas “diferentes” que apresentam limitações físicas e /ou intelectuais mas a todos os alunos sem nenhuma distinção.

Por isso, é fundamental conhecer e refletir a formação docente com vistas ao respeito da diversidade.

Sabe-se que os fundamentos teóricos acerca da inclusão escolar centralizam-se em uma concepção de educação de qualidade de modo que evidencie o respeito a diversidade. Neste sentido, a orientação inclusiva implica em um ensino que considere as diferenças e as necessidades individuais o que reforça a importância da preparação dos profissionais da educação, incluindo o professor de classe regular.

Quanto ao referido tema as pesquisadoras indagaram a coordenadora da Escola¹ sobre a seguinte questão: As professoras de apoio aqui da escola, tem alguma formação específica para a Educação Especial? A coordenadora respondeu que:

as que estão conosco atualmente não tem, elas são estagiárias do município, e o que acontece, é que ,quando elas têm alguma dificuldade a Geralda ajuda,orienta,mas com relação a elas estarem formadas para a inclusão,não. Inclusive, tivemos uma aqui que queria desistir, mas a professora 1 passou a acompanhá-la e ajudar, agora ela já está mais tranquila, mas no começo não foi fácil para ela. (Coordenadora 1)

Deste modo, quando se tem em vista a grande e crescente diversidade do ambiente escolar, vale ressaltar que o professor é um agente fundamental no processo de inclusão. A esse respeito, Pimenta afirma que:

A formação de professores reflexivos compreende um projeto humano emancipatório [...] as escolas de formação de professores necessitam ser preconcebida com esferas contrapúblicas de modo a propiciarem a formação de professores com consciência e sensibilidade social. Para isso, educa-los como. Intelectuais críticos capazes de ratificar e praticar o discurso da liberdade e da democracia. (PIMENTA, 2002, p.31)

Sendo assim, necessita ser provocado para as mudanças de modo que receba uma formação que seja constituída de reflexão crítica, para uma prática que vise à diversidade.

Para que a prática do professor seja eficiente deve haver um trabalho colaborativo em que todos que trabalham na instituição escolar atuem de forma conjunta com a participação de todos envolvidos nesse processo. Para Reis (2013, p.142) "a questão da formação de professores ainda é um grande desafio para implementação e concretização de práticas pedagógicas capazes de colocar em evidência a diversidade como ponto de partida para uma educação inclusiva".

Para atingir tal finalidade as escolas devem traçar e percorrer alguns caminhos que lhes permitem desenvolver a prática inclusiva no seu dia-a-dia. Isso inclui diferenciação (curricular), avaliação e manutenção de registro, aprendizagens colaborativas, estudo colaborativo, ensino entre os pares (professor-professor, aluno-aluno) e o papel do coordenador de necessidades educacionais especiais, dos

assistentes de apoio à aprendizagem e dos funcionários de apoio externo, como os psicólogos educacionais e o serviço de assessoria da autoridade educacional local.

Como foi enfatizada a adoção de uma prática inclusiva na rede regular de ensino engloba toda a comunidade responsável pelo processo educativo. Para Mantoan (2006, p.16), “se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para uma cidadania global, plena, livre de preconceitos, que reconheça e valorize as diferenças”.

A escola precisa ser um ambiente que aceite e acolha as minorias independente de cor, etnia, gênero, classe ou limitações individuais e se inserir numa proposta humanizadora de ensino.

Ao ser entrevistada pela equipe de pesquisadoras da UEG sobre o funcionamento da sala de recursos multifuncionais a coordenadora da escola 2 deu a seguinte resposta:

Eu acho que é de bom aproveitamento. Porque as crianças que são atendidas lá (sala de recursos multifuncionais-SRM), não são todas que têm laudo, porque infelizmente não são todas as mães que aceitam. Aí o que acontece aqui tem crianças que não tem, mas como a gente trabalha a professora, eu, agente v déficit de aprendizagem não está conseguindo, o que a gente a gente faz? Encaminha para o AEE. Para ajudar! Porque às vezes trabalhando lá a mãe vê que tem resultado e agente incentiva essa mãe a trabalhar, trazer no contra turno, porque é assim: têm mães que tem resistência infelizmente! Quando a criança vem e é acompanhada vemos que tem um rendimento bem melhor! Então assim, pra mim é ótimo, porque a criança vai melhorando! Não é uma melhora, assim ...Mas é uma melhora porque toda criança que tem atendimento lá agente sabe que não é rápido, não é um processo que agente vai falar assim: há começou hoje lá no AEE Semana que vem vou lá e pego a criança venho tomar uma leitura e ele vai conseguir, não !Não será rápido, mas, como já temos uns dois anos acompanhando agente vê que aquela criança a partir do momento que ela tem este acompanhamento lá, ela teve uma melhora, ela teve resultados melhores. Então assim, é importante, é muito bom! O que acontece, como é trabalhada de maneira individual, as vezes aquela criança não consegue prestar atenção e ter aquela atenção suficiente na sala regular como a professora (a professora 2-SEM) trabalha diferenciada, chama muito atenção do aluno. Então, pra mim é muito importante uma sala de AEE .O ideal era todas as escolas terem uma sala como essa que nós temos aqui. Seria o ideal.

Com esses questionamentos buscou-se compreender como são desenvolvidas as práticas educacionais voltadas para o atendimento das salas multifuncionais e se há um trabalho colaborativo no sentido de obter êxito no processo ensino aprendizagem de crianças com necessidades especiais.

Material e Métodos

Nessa pesquisa foi adotado o processo de investigação de natureza qualitativa por considerar que o método qualitativo se preocupa com o aprofundamento da compreensão de um determinado grupo social, em nosso caso, verificamos como está estruturado o processo de educação inclusiva na Rede Municipal de ensino.

Fizemos uso de pesquisa descritiva e interpretativa para conhecer e interpretar a realidade de cinco escolas públicas do município, bem como as práticas pedagógicas adotadas nessas escolas visando atender as necessidades de crianças com algum tipo de necessidade especial e como são preparados os docentes que atuam em salas multifuncionais.

No primeiro momento lançamos mão de uma pesquisa bibliográfica que nos possibilitou entender e conhecer mais a fundo como os estudiosos do tema inclusão se posicionam frente à realidade vivida em nossas escolas no enfrentamento da adoção de um processo de educação inclusiva que não discrimine e nem exclua ninguém do processo educacional.

Posteriormente foi realizada uma pesquisa empírica de cunho documental, com dados coletados e transcritos fielmente com opiniões de coordenadoras e professoras das cinco escolas pesquisadas com o intuito de conhecer como essas professoras são capacitadas para atuar nessas salas de recursos multifuncionais. Se sentem realizadas com o trabalho que realizam? Quais são os auxílios que recebem da comunidade escolar? Se recebem apoio de pais, da comunidade local, de autoridades do município?

A partir do levantamento feito em todas as escolas do município verificamos que de dezesseis escolas do município apenas cinco possuem salas de recursos multifuncionais destinadas a atender crianças com necessidades especiais. Essas cinco escolas foram foco de estudo para as pesquisadoras do projeto “Os reflexos das políticas de diversidade e inclusão social na rede regular do ensino fundamental” coordenado e orientado pela professora doutora Marlene Barbosa de Freitas Reis, buscou-se analisar se essas escolas estavam aptas para receber os alunos especiais e quais as recomendações do município para elas. Para a coleta dos dados propostos pela pesquisa utilizou-se de entrevistas semiestruturadas para se ter uma visão mais ampla do funcionamento das referidas escolas. Nesse momento o aporte teórico construído pela pesquisa e revisão bibliográfica permitiu verificar a

consonância das práticas educacionais, tendo em vista a inclusão, formação de professores e o respeito à diversidade.

Resultados e Discussão

Com a finalidade de articular os estudos teóricos a respeito do tema inclusão e de contribuir com o andamento da pesquisa, em agosto de 2016, criou-se o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Diversidade e Inclusão - GEPEDI, que se reúne semanalmente com a orientadora Marlene Barbosa de Freitas Reis, no qual são realizadas atividades formativas com discussões e reflexões de textos dos principais teóricos que pesquisam o tema.

Sendo assim, a participação no grupo de pesquisa tem sido de grande relevância, pois nos ajudou a perceber a importância de um ensino especialmente voltado a inclusão, por meio de estudos teóricos e de documentos que fundamentaram as práticas inclusivas brasileiras.

Com esse embasamento teórico participamos de eventos como, o VI Simpósio de Educação Inclusiva (13º CONPEEX), promovido pelo Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação Inclusão (CEPAE/UFG) e pelo Sistema Integrado de Núcleos de Acessibilidade (SINAce/UFG), com apresentação de trabalho na forma de comunicação oral, publicado nos anais de eventos.

EDUCAÇÃO: OS DESAFIOS DA INCLUSÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL BRASILEIRO

Talita Serravalli Lanzoni – UEG
Marlene Barbosa Freitas Reis– PPG-IELT/UEG

Posteriormente, participamos na organização do I seminário de Educação Especial e Inclusão (I SEEI) na UEG – Câmpus Inhumas, evento proposto para discutir a inclusão na rede regular pública.



Obtivemos ainda um ganho acadêmico com a publicação de um artigo produzido pelo grupo, na revista REVELLI (Revista de Educação, Linguagem e Literatura) V.9, N.2 (2017) ISSN 1984-6576, com *qualis* B1 em ensino.



Em junho/2017 apresentamos os resultados da pesquisa em evento promovido pela UEG campus Inhumas, onde foram apresentados os avanços e resultados da pesquisa.



Conforme previsto no cronograma, em 2017/01 obtivemos a autorização da Secretaria Municipal de Educação do município de Inhumas, para a observação da salas e entrevista com a professoras responsáveis pela sala de AEE.

Foi executado um levantamento de quais escolas possuem as salas de recursos multifuncionais, constatando o total de cinco escolas das quais as 5 foram pesquisadas.

Na pesquisa de campo, vivenciamos as escolas, com o objetivo de verificar o funcionamento da sala multifuncional. Notamos que além das políticas públicas criadas para atender essa demanda, há também que se pensar em formação continuada dos professores, uma vez que é de grande relevância para conhecimento do aluno, público – alvo destas salas de recursos multifuncionais.

A respeito das contribuições adquiridas neste estudo, até aqui, foram ampliados conhecimentos que antes eram rasos, e com os estudos formativos,

tivemos o enriquecimento de nossos conhecimentos para uma futura prática pedagógica inclusiva. Daí, a importância da minha participação como acadêmica de Iniciação Científica neste projeto de pesquisa.

Observamos no decorrer do desenvolvimento da pesquisa que o processo de inclusão adotado nessas escolas ainda está em fase inicial, muito ainda tem a percorrer. Os desafios são muitos, pois a essência da Educação Inclusiva consiste em que o educador perceba a criança em sua especificidade, tendo um olhar sensível no sentido de potencializar as habilidades específicas que cada criança apresenta.

Alguns professores entrevistados demonstraram despreparo para atuar na Educação Inclusiva, pois os cursos oferecidos pela Rede Municipal de ensino dão um certo suporte a eles, mas a deficiência em se está nos cursos de graduação entre os quais a pedagogia por não constar em seu currículo desde o primeiro ano letivo disciplinas que contemplem a Educação Inclusiva no caso de braile e libras, para educadores que almejam trabalhar com essa modalidade de ensino deveriam estudar as teorias e vivenciar as práticas voltadas para atender crianças com necessidades especiais .

Verificamos que os professores fazem uso de vários recursos pedagógicos como computadores, jogos, oficinas de pintura, sucata, modelagem, para facilitar a aprendizagem.

De acordo com Mittler (2003, p.16).

A inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares , mas a mudar as escolas para torná-las mais responsivas às necessidades de todas as crianças ;diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto á aprendizagem de todas as crianças nas suas escolas e prepará-los para ensinarem aquelas crianças que estão atual e correntemente excluídas das escolas por qualquer razão.Isto se refere a todas as crianças que não estão beneficiando-se com a escolarização ,e não apenas aquelas que são rotuladas com o termo necessidades educacionais especiais.

Constatamos que o processo de inclusão dessas escolas do município ainda está em fase inicial, pois para se atingir o sucesso que se espera tem muito que percorrer. O recurso utilizado com o funcionamento de salas de recursos multifuncionais que atendem crianças com necessidades especiais de aprendizagem oferecem a essas crianças meios de socialização ao se relacionar com crianças tidas “normais” havendo nesse contato trocas de experiências ,ajuda que facilitam a

aprendizagem, mas no aspecto cognitivo o desenvolvimento intelectual dessas crianças acontece de forma lenta e gradual o que muitas vezes parece não ser perceptível a outros. Para elucidar o assunto que refere a formação de professores que atuam na educação inclusiva, solicitamos que a professora da escola 5 nos respondesse a seguinte questão: A senhora acredita que a formação que você tem, oferece os subsídios necessários para trabalhar com a educação inclusiva?

Lógico, se não tivesse formação... Apesar que só a formação que eles oferecem é muito pouca, se a gente não ler mais, não correr atrás e ler por conta própria e pouco. A formação que o município oferece para gente é pouco muito pouco, isso aí igual faculdade tem que buscar fora, não adianta você pensar que o curso que eu faço lá de quatro horas é suficiente não é, a gente tem sempre que está capacitando porque as crianças especiais, cada uma é diferente, uma realidade diferente da outra tem que estar procurando meios diferentes, você vê lá o laudo a deficiência que essa criança tem né, são todas diferentes, tem que saber como lidar, conhecer essa criança, qual a dificuldade dela, é dislexia como que eu vou trabalhar a dislexia, o que é dislexia? o que essa criança já sabe? Porque eu não posso trabalhar com essa criança e ficar só no que ela já sabe, eu tenho que ir além do que ela já sabe. A ela saber ler então eu vou ficar só lendo, lendo, lendo com ela? Então eu tenho que ir além, disso, e tem saber como, a formação é crucial. (Professora 4)

Portanto, para tornar o ensino inclusivo é imprescindível que o professor esteja aberto a realizar seu trabalho tendo em vista a diversidade humana. Nesse sentido Goffredo (1999), acredita que os cursos de formação dos professores necessitam de grandes mudanças em sua estrutura curricular, tendo em vista que, os professores precisam estar capacitados para identificar e entender a necessidade de cada aluno sendo eles deficientes ou não.

Constatamos em nossas visitas e entrevistas a professoras e coordenadoras que atuam na inclusão que ainda não é satisfatório o desenvolvimento desses alunos, pois as práticas inclusivas se dão de forma lenta e gradual, não havendo um trabalho colaborativo entre os gestores dessas escolas. Como cita Beyer (2013, p.62), “essa responsabilidade conjugada engloba os próprios alunos, famílias, professores, equipes diretivas e pedagógicas, funcionais, e, finalmente, os gestores do projeto político pedagógico”.

Sendo assim a inclusão é um projeto que consta de um planejamento colaborativo envolvendo a todos os responsáveis pelo gerenciamento das práticas inclusivas do sistema educacional vigente.

Para que haja uma verdadeira inclusão é necessário não só mudar o pensamento da escola, mas empenhar na formação inicial e continuada dos professores no sentido de capacitá-los para ministrar uma Educação plural, democrática e transgressora, como são as escolas para todos. Precisam de professores que não sujeitem seus alunos a receber conhecimentos que os impeçam de ser, de pensar e decidir por eles mesmos que reconheçam a integridade e a plenitude de cada um, apesar das diferenças. O que se espera de uma escola a serviço da inclusão é que seu planejamento seja definido por uma Educação que contemple o exercício de uma cidadania plena, livre de preconceitos, que valorize as diferenças, a incompletude, a singularidade dos seres humanos, requisitos básicos para se entender a inclusão.

Considerações Finais

Para que a inclusão seja uma realidade nas práticas escolares e não apenas no campo do discurso é necessária a adaptação do ambiente escolar para acolher a todos os alunos mas, não apenas isso, uma vez que, para que os professores possam atuar de forma crítica e reflexiva é preciso garanti-lhes, entre outras condições, formação inicial continuada e permanente com foco da diversidade. Segundo Mantoan (2003), a escola deve atender a todos em suas especificidades e particularidades, quando se fala todos é de fato todos, não se referindo apenas aqueles que possuem algum tipo de necessidade especial. Mas, a todos que por algum motivo específico estão à margem da sociedade. A autora ainda destaca que:

A escola, para muitos alunos, é o único espaço de acesso aos conhecimentos. É o lugar proporciona-lhes condições de se desenvolverem e se tornarem cidadão, alguém com uma identidade sociocultural que lhes conferirá oportunidades de ser e de viver dignamente (MANTOAM, 2003, p.53).

Enfim no campo da Educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todos os gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola. No sentido de impedir a segregação e o isolamento de qualquer criança.

Para tal a política educacional adotada pelas escolas devem ser planejadas para beneficiar todos os alunos, incluído aqueles pertencentes às minorias sociais e étnicas, aqueles com deficiência ou dificuldade de aprendizagem, os que ausentam das aulas ou que estão em risco de exclusão.

De acordo com esse ponto de vista, a fim de auxiliar as crianças, os educadores precisam conhecer tanto a natureza das dificuldades das crianças por meio de avaliações globais seus pontos fracos e fortes que possibilitem fazer um diagnóstico para planejar um programa de intervenção com base na análise feita. Com objetivo de auxiliar a criança a se adaptar no sistema educacional e receber os benefícios que a escola pode lhe oferecer.

Agradecimentos

Sou muito grata as pessoas que me auxiliaram na execução dessa pesquisa. Primeiramente, quero agradecer a DEUS pelo cuidado com a minha vida e a minha família, pelo apoio recebido.

Em especial, agradeço ao Programa de Iniciação científica da Universidade Estadual de Goiás, pela oportunidade de realizar essa pesquisa, que desenvolveu em nós o senso de pesquisa, de planejamento, de estudo. A troca de experiência que obtivemos em contato com outros professores, doutores nos proporcionou ampliar nossos conhecimentos. Agradeço também a professora Marlene Barbosa de Freitas Reis, pela valiosa orientação na execução dessa pesquisa. Obrigada.

Referências

GOFFREDO, V. L. Flôr Sénéchal. Como formar professores para uma escola inclusiva? In: BRASIL. Ministério da Educação, Educação Especial: tendências atuais. Brasília: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, SEED, 1999.

GONZÁLES, J, A. T. Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas. trad. Rosa Ernani. Porto Alegre: ARTMED, 2002.

MANTOAM, Maria Teresa Égler. Inclusão Escolar: o que é? por quê ? como fazer ?.São Paulo: Moderna, 2003. (Col. Cotidiano Escolar)

_____. Maria Teresa Égler. O direito de ser, sendo diferente, na escola. In: RODRIGUES, D. Inclusão e Educação: Doze Olhares sobre a Educação Inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

MITTLER, Peter. Educação inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: ARTMED, 2003.

PIMENTA, S.G; GHEDIN, E. (Org.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. SP: Cortez, 2002.

REIS, Marlene Barbosa de Freitas. Política Pública, Diversidade e Formação Docente: uma interface possível. 2013.279f. Tese (Doutorado em Ciências, em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento). Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro-RJ, 2013.